

# Eles eram muitos e não tinham emprego: narrar o sofrimento após o colapso da modernização na literatura brasileira contemporânea

*They Were Many and Unemployed: Narrating Suffering  
After the Collapse of Modernization in Contemporary  
Brazilian Literature*

Rafael Lucas Santos da Silva  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Maringá | PR | BR  
rafaellsilva.prof@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1245-8284>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo propor uma análise de dois fragmentos da obra *Eles eram muitos cavalo*s, de Luiz Ruffato. Publicado em 2001, a característica da estrutura fragmentária do romance possibilitou a seleção de dois fragmentos como *corpus*, a saber, “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho”, com vistas a discutir, de maneira focalizada, a figuração das experiências de desemprego. Em perspectiva interdisciplinar, tal leitura considera a noção de “sofrimento psíquico”, de Safatle (2020), como uma categoria de mediação entre os recursos estilísticos e os processos sociais antagônicos, entendidos a partir da noção de “promessa desenvolvimentista”, de Cardoso (2010) e Schwarz (1999). Busca-se, assim, indicar, à luz do processo histórico-social brasileiro, que as experiências de sofrimento estruturaram a própria técnica narrativa, de maneira que, a partir de elementos como o foco narrativo, o discurso do narrador, a construção de personagens e a configuração do tempo em ambos os fragmentos analisados, é possível verificar estratégias formais compelidas a romperem com os modelos tradicionais de representação como meio de dar forma a expectativas reiteradamente frustradas de reconhecimento e pertencimento ligadas à desintegração do assalariamento formal. Isso permitiu inferir que tais experiências possuem lastro histórico com longo percurso de sedimentação no processo histórico-social, especialmente no que tange à figura do



“homem livre pobre” (Schwarz, 1990, 2012), bem como desvela o colapso das promessas da modernização.

**Palavras-chave:** literatura brasileira contemporânea; os pobres na literatura; subjetividade e processo social.

**Abstract:** This article aims to analyze two fragments from *Eles eram muitos cavalos*, by Luiz Ruffato. Published in 2001, the novel's fragmentary structure made it possible to select two passages as the corpus, namely “#19 Brabeza” and “#44 Trabalho,” with the purpose of discussing, in a focused manner, the figuration of unemployment experiences. From an interdisciplinary perspective, this reading takes Safatle's (2020) notion of “psychic suffering” as a mediating category between stylistic resources and antagonistic social processes, understood in light of the “developmentalist promise” discussed by Cardoso (2010) and Schwarz (1999). The analysis thus seeks to demonstrate, in view of the Brazilian socio-historical process, that experiences of suffering structure the very narrative technique, insofar as elements such as narrative focus, the narrator's discourse, character construction, and the configuration of time in both fragments reveal formal strategies compelled to break with traditional models of representation as a way of giving form to repeatedly frustrated expectations of recognition and belonging linked to the disintegration of formal wage labor. This allows us to infer that such experiences bear a historical weight with a long process of sedimentation in Brazilian society, especially regarding the figure of the “poor free man” (Schwarz, 1990, 2012), while also exposing the collapse of the promises of modernization.

**Keywords:** contemporary brazilian literature; the poor in literature; subjectivity and social process.

## 1 Considerações iniciais

A necessidade de dar voz ao sofrimento é a condição de toda verdade. Pois sofrimento é objetividade que pesa sobre o sujeito; aquilo que ele experimenta como seu elemento mais subjetivo, sua expressão, é objetivamente mediado.

Theodor Adorno (1966).

Qual a relação entre ficção, trabalho e sofrimento? Tal questão tensiona uma compreensão do sofrimento como expressão de contradições imanentes à organização social, especialmente no que se refere às relações de trabalho e seus desdobramentos na literatura brasileira contemporânea. *Eles eram muitos cavalos* (Ruffato, 2013) é uma obra na qual encontramos, justamente, as repercussões da crise da instituição do mercado de trabalho formal no universo simbólico das suas personagens, a ponto de formalizar a experiência de sofrimento a partir de um tempo em que o trabalho já não organiza a vida coletiva, todavia pesa, em sua falência, sobre a interioridade dos sujeitos. Seguindo a indicação de Adorno (2009), o sofrimento não é somente experiência subjetiva. Nesse sentido, toda expressão estética do sofrimento é já dialética. O sofrimento constitui, na verdade, a exposição de marcas de recalques e repressões produzidas pelos processos de socialização, estabelecendo um índice objetivo das mediações sociais que configuram a vida social. Perguntar pela relação entre ficção, trabalho e sofrimento é, assim, indagar de que modo a experiência social afeta diretamente a constituição da subjetividade e, por consequência, a própria possibilidade de figuração, no interior da qual o subjetivo e o histórico se encontram de modo inseparável.

Luiz Ruffato inscreve-se no campo literário brasileiro contemporâneo como um dos poucos escritores a converter o trabalho e as experiências de relações de trabalho em matéria ficcional. Em suas narrativas, as relações de trabalho não são somente pano de fundo, mas o próprio eixo em torno do qual gravitam os dilemas de suas personagens. Conforme o próprio autor assinalou:

Sobre o que escrever era a pergunta que me parecia fácil responder. Obviamente, eu pensava sobre o universo que conheço, o do trabalhador urbano, os sonhos e os pesadelos da classe média baixa, esse recorte social indefinido, com todos os seus preconceitos e toda a sua tragédia. [...] Mas, curiosamente, quando fui pesquisar na história da literatura brasileira os meus antecessores, imensa a minha decepção. Poucos, ou melhor, pouquíssimos autores, haviam se debruçado sobre essa questão. (Ruffato, 2008, p. 320)

Esse depoimento revela não somente a escolha temática de Ruffato, como igualmente a lacuna histórica que ele procura suprir, demonstrando uma percepção que carrega em si uma dimensão radical de ruptura, identificando a cultura como arena de lutas e contradições. Afinal, como destaca Hermenegildo Bastos (2006, p. 93), “a prática literária é também

uma forma de representação política”, na medida em que inscreve e reconfigura experiências coletivas no universo simbólico da ficção. Portanto, se o trabalho constitui uma das categorias fundamentais da vida social, sua ausência enquanto matéria literária sinaliza um deslocamento significativo nas formas de representação do sistema literário brasileiro.

O interesse de Ruffato pela reflexão sobre as relações de trabalho envolve uma enorme dedicação a pensar a sociedade brasileira. A característica desse interesse não implicou seguir um relato factual. A produção ficcional de Ruffato reforça aquilo que Luiz Costa Lima (1981) destacou como a especificidade da ficção: seu poder de desvelar contradições que escapam à análise objetiva das instituições. Segundo o autor, a “via específica” da ficção configura-se como figurações estéticas “das instituições sociais e de suas repercussões no universo simbólico dos indivíduos”, possibilitando, dessa maneira, que seja desvelado “o que não seria apreensível pela análise direta destas instituições, que a respeito limita-se a apresentar estatísticas e testemunhos ilustrativos” (Lima, 1981, p. 127).

Desde sua recepção inicial, *Eles eram muitos cavalos* (daqui em diante EEMC) tem sido amplamente discutido como um romance que captura a experiência urbana em sua forma mais fragmentária e caótica. No entanto, a experiência social do trabalho permaneceu muitas vezes em segundo plano. Hossne destacou que a condição urbana não deveria ser compreendida como um processo isolado das relações sociais e econômicas, defendendo, assim, que a obra de Ruffato “problematiza a questão na medida em que seu foco são menos as cidades – as grandes ou pequenas – e muito mais o fracasso de um projeto de modernização” (Hossne, 2007, p. 19).

Diante disso, o presente artigo deseja contribuir para os estudos da obra EEMC, a partir de uma reflexão sobre esse “fracasso de um projeto de modernização” tangente às experiências de trabalho e desemprego presentes na obra de Ruffato. Devido à característica da estrutura fragmentária do romance, optamos por selecionar dois fragmentos como *corpus*, a saber, “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho”, com vistas a discutir, de maneira focalizada, a figuração das experiências de desemprego como sintoma das contradições sociais à luz do processo histórico-social brasileiro. A partir de elementos como o foco narrativo, o discurso do narrador, a construção de personagens e a configuração do tempo em ambos os fragmentos analisados, esperamos evidenciar que o sofrimento decorrente do desemprego é decisivo para a compreensão das estratégias formais armadas como princípios de uma formalização estética do colapso histórico de uma promessa desenvolvimentista que, ao prometer inclusão social, produziu, em seu lugar, exclusão e sofrimento.

Qual promessa é esta da modernização e como seu colapso produz sofrimento? Uma compreensão preliminar do cerne dessa questão faz-se necessária inicialmente, pois orientou a abordagem adotada. Tal compreensão fundamenta-se nos estudos de Cardoso (2010) e Schwarz (1999), aos quais associamos a noção de sofrimento psíquico. Na esteira de Safatle (2020), compreendemos o sofrimento psíquico intimamente ligado a *déficits* de reconhecimento social. Conforme esclarece o autor, o sofrimento psíquico não é meramente um problema individual; trata-se, antes, de uma expressão de contradições imanentes à organização social, possibilitando, assim, uma concepção que defende a inseparabilidade entre o sofrimento psíquico e a estrutura do desejo, da linguagem e das formas institucionais de organização social. Mobilizando tais compreensões, em perspectiva interdisciplinar, defendem-se os fragmentos “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho” como exemplos marcantes de sofrimento psíquico oriundo do desemprego, o que permitiu, finalmente, inferir a relação no sistema literário, no

que se refere ao binômio exclusão/representação das classes marginalizadas, concluindo que possui lastro histórico com longo percurso de sedimentação no processo histórico-social, especialmente no que tange à figura do “homem livre pobre” (Schwarz, 1990, 2012).

## 2 Trabalho e sofrimento pelas promessas não cumpridas na modernização periférica

A expressão “promessa” foi utilizada por Cardoso (2010) e Schwarz (1999) para expressar que a estruturação de um mercado de trabalho formal nunca se concretizou plenamente na sociedade brasileira. Abordando as políticas trabalhistas varguistas, Cardoso indica que nesse momento surgiu um horizonte de expectativas, esclarecendo que, nesse sentido, foi gerada nos trabalhadores “*a expectativa* de proteção social, alimentando uma *promessa* de integração cidadã” (2010, p. 776, grifos do autor). O impacto dessa promessa se fez sentir especialmente no deslocamento das populações rurais para as cidades, na medida em que a expectativa possibilitava esperança de ascensão social e estava diretamente ligada à crença de que o mercado de trabalho urbano permitiria uma melhoria substancial das condições de vida. Contudo, a expectativa gerada pelas políticas trabalhistas varguistas não foi acompanhada por uma efetiva concretização de uma sociedade do trabalho, mas sim por um modelo restritivo e seletivo de inclusão. Schwarz (1999) também reconhece que a migração para as cidades, impulsionada pelo crescimento industrial, não se traduziu em uma incorporação efetiva dos trabalhadores no mercado formal, resultando em uma urbanização caótica e na marginalização de amplas camadas da população.

De acordo com Schwarz (1999), o “nacionalismo desenvolvimentista” surgiu como uma tentativa de superação da condição colonial e da dependência econômica, promovendo a industrialização como caminho para a modernização e a integração social. A questão é abordada pelo autor como a “promessa desenvolvimentista”, que se dirigia à realização de uma “sociedade nacional integrada”, preocupada com o “destino dos oprimidos e excluídos” a fim de trazê-los “ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna” (Schwarz, 1999, p. 156).

Em suas análises, Schwarz não apenas desmistifica a promessa desenvolvimentista, como também esclarece que sua falácia implica a própria expressão do modo como a modernização periférica brasileira se deu dentro da lógica do capitalismo global, “um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo” (Schwarz, 1999, p. 160). Ao discutir os efeitos concretos desse fracasso, Schwarz apontou para a criação de uma massa de trabalhadores sem lugar na nova ordem econômica:

Assim, por exemplo, o desenvolvimentismo arrancou populações a seu enquadramento antigo, de certo modo as liberando, para as reenquadrar num processo às vezes titânico de industrialização nacional, ao qual a certa altura, ante as novas condições de concorrência econômica, não pôde dar prosseguimento. Já sem terem para onde voltar, essas populações se encontram numa condição histórica

nova, de sujeitos monetários sem dinheiro, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos. (Schwarz, 1999, p. 159)

Nos anos 1980, o desenvolvimentismo entra em crise devido à globalização e às novas demandas tecnológicas. Schwarz (1999) destaca que, com as mudanças estruturais do capitalismo, estava claro que a promessa havia colapsado. Essa promessa não cumprida é crucial para o campo da cultura brasileira. Concebemos ser precisamente nesse horizonte que *Eles eram muitos cavalos*, de Luiz Ruffato, se insere, formalizando esteticamente o colapso da modernização, a desintegração social e a quebra de expectativas de que falam Cardoso e Schwarz. Na esteira de Schwarz (2019, p. 123), podemos compreender como uma trágica experiência que implica uma característica de que “a maior parte dos pobres não é realmente explorada no sentido pleno do capitalismo, embora eles evidentemente sejam vítimas do desenvolvimento capitalista”. Ainda segundo o autor, temos um impasse estrutural: “se você observar o Brasil, vai sentir intensamente que os pobres gostariam de trabalhar para entrar no mercado e conquistar um mínimo de reconhecimento social. Mas não há trabalho para eles. Essa gente foi abandonada de mãos vazias” (Schwarz, 2019, p. 135).

Dentro dessa perspectiva, é crucial considerarmos que esse não reconhecimento funda uma forma específica de sofrimento, que não se reduz à privação econômica, configurando-se, na verdade, como um colapso da própria possibilidade de inscrição simbólica no tecido social. Partindo da psicanálise lacaniana, Safatle (2020) esclarece ser possível compreender que o sofrimento é sempre uma expressão de contradições e *déficits* de reconhecimento na sociedade. Essa concepção desloca o entendimento do sofrimento psíquico do campo da patologia para o campo da contradição e da crise, elementos que são inerentes à própria vida social.

Tal compreensão do autor, fundamentada na teoria lacaniana, enfatiza a inseparabilidade entre subjetividade e estrutura social. Se a vida psíquica é um efeito da estrutura social, então as formas de sofrimento não podem ser compreendidas sem uma crítica às contradições presentes nessas estruturas. Assim, Safatle (2020) argumenta que o sofrimento psíquico pode ser lido como um sintoma de um mal-estar mais profundo nas relações sociais, revelando marcas de dominação e exclusão que atravessam os sujeitos. Longe de ser exclusivamente vivência individual, ele constitui índice objetivo das mediações históricas que conformam a subjetividade.

Diante das reflexões apresentadas, esperamos ter conseguido indicar o campo fértil para discutir a relação entre as contradições sociais, o impacto do colapso da modernização e a questão do sofrimento psíquico. Devido ao escopo, essas reflexões teóricas apresentadas sintetizam de modo geral os contornos das problemáticas, as quais discutiremos já mediante a análise da obra de Ruffato na próxima seção.

### 3 Fragmentos de vidas colapsadas

Ruffato (2010, p. 139) já assinalou que concebe ser necessário “assumir a fragmentação como técnica (as histórias compondo a História) e a precariedade como sintoma – a precária arquitetura do romance, a precária arquitetura do espaço urbano”. Com efeito, observa-se que a principal característica em EEMC é a ausência de um narrador central ou unificador, estabele-

cendo uma perspectiva fragmentária que desafia o leitor a construir um significado a partir da justaposição e do contraste entre os fragmentos.

De acordo com Hossne, em *EEMC*, “a cidade é antes de tudo as relações que nela se estabelecem: a sociabilidade na cidade é a história mesma que se conta no livro” (Hossne, 2007, p. 36). Por isso, compreendemos cada fragmento de *EEMC* funcionando como uma janela para um aspecto da cidade, com personagens anônimos que estilizam diferentes experiências urbanas de relações sociais. Por algumas dessas janelas, podemos verificar então experiências de trabalho marcadas pela expectativa frustrada em relação ao ingresso no mercado de trabalho formal. Perder o vínculo formal (carteira, contratos protegidos) não é só perder renda, também implica perder reconhecimento social, gerando vidas colapsadas pelo sofrimento que também são índice dessa precariedade urbana, sustentando a negatividade que atravessa os fragmentos.

### 3.1 "#9 Brabeza"

A diegese desse fragmento focaliza a personagem Brabeza, em busca de comprar um rádio-gravador como presente de Dia das Mães. A necessidade de presentear a mãe doente impulsiona a narrativa: “Quatro tardes para o Dia das Mães e nem um puto no bolso” (Ruffato, 2013, p. 46). O léxico (“puto no bolso”) já assinala o registro coloquial e popular da fala, marcando distância do padrão culto. Por sua vez, a entonação abrupta, produzida pelo ritmo binário e pela ausência de mediação sintática, evidencia que o problema da sobrevivência é imediato, não teorizado. Isso possibilita, desde o início, observar uma busca estilística dramatizada pelo próprio ritmo da prosa, que já dá o tom do relato: um tempo escasso, uma data que se impõe como imperativo afetivo e a ausência de recursos financeiros:

Horas várias perfilara na frente da vitrina Extra-Mappin da praça Ramos, no registro de preços, prestações, hum, que complicação!, carteira-assinada, comprovação de endereço, RG, CIC, duas referências, hum, que complicação! Não, haverá de dar jeito, armar outra qualquer, a velha, coitada, nem exigente, aliás, nem esperando nada, o que ganhasse, surpresa, de bom tamanho, aplaudiria. Bem, então, à luta! Um rádio-gravador AM/FM CCE mesmo e estamos conversados! Agora: onde cavar uns trocados? Brabeza despasseia. Lugar para bater carteira é a rua Barão de Itapetininga, os caixas-eletrônicos. (Ruffato, 2013, p. 46)

O desejo de comprar o presente vai, justamente, revelar a precariedade econômica, evidenciada pela busca constante por trabalho (“garimpo por trabalho”). É dessa tensão que se desdobra o fragmento. A narração é fragmentada e circular, alternando momentos de ação com *flashes* de memórias. Percebemos uma combinação de elementos do presente, como sua “campana” na rua Barão de Itapetininga, e lembranças que ampliam o contexto emocional e moral da personagem. O narrador adota uma perspectiva heterodiegetica com forte influência do foco modo dramático. Isso significa que o narrador observa e relata os acontecimentos do lado de fora, ao mesmo tempo em que mantém proximidade com a experiência da personagem, reproduzindo seus pensamentos e reflexões de maneira direta e indireta-livre, de maneira que a ambientação é reflexa e construída pela perspectiva do protagonista. O nar-

rador utiliza as percepções e pensamentos de Brabeza para compor a atmosfera de tensão, sofrimento e desamparo.

A linguagem de Brabeza é sintomática: frases curtas, interjeições, hesitações expressam a angústia de um sujeito que não pode se dar ao luxo da introspecção. A escrita é rápida, telegráfica em certos momentos, e não permite elaborações extensas, como se o próprio ritmo impedissem a reflexão aprofundada. O mundo não dá tempo para parar e pensar; a narrativa do fragmento reproduz essa pressão. As frases fragmentadas, a ausência de transições fluidas entre os pensamentos e os eventos reforçam a ideia de um tempo que atropela o sujeito: não há respiro, porque o mundo que se narra não permite respiro.

Desempregado, não lhe é possível obter dinheiro por meio de um salário. Nem mesmo atua no setor informal. A resposta de Brabeza a essa exclusão se dá na criminalidade de pequeno porte: furto, golpes, abordagens nos caixas eletrônicos. De fato, conforme destacou Schwarz (1999, p.174), “os excluídos de hoje são consumidores sem meios para consumir, o que os obriga a algum grau de ilegalidade. Se não há emprego e tudo tem preço, como vão fazer?”. Na pergunta formulada por Schwarz, encontra-se um elo entre o desemprego estrutural e a criminalização da pobreza. A ausência de trabalho formal empurra uma parcela significativa da classe trabalhadora para a economia informal e para práticas ilícitas de sobrevivência.

Destaque-se que o relato do fragmento não glamouriza a delinquência nem a apresenta como escolha, e sim como um desdobramento quase natural da impossibilidade de inserção no mercado de trabalho. Justamente por isso, identificamos um deslocamento sutil entre a ação e a consciência da personagem, um jogo entre racionalização e culpa que implica a tensão do seu objetivo de comprar o “rádio-gravador AM/FM CCE”. A contradição se orienta pelo interesse de Brabeza não querer, na realidade, executar esses roubos e furtos: “Despretensioso, na hora que a coisa aprumar, persegue emprego decente, limpo de consciência. Mas, enquanto, não pode a mãe passar necessidade, na cama entrevada, doença indescoberta” (Ruffato, 2013, p. 47).

O espaço urbano, tal como figurado no fragmento, é um território de fluxos rápidos e intransigentes, onde o sujeito não encontra formas de inserção legal, restando-lhe o ilícito e o ilegal. A presença de referências concretas, como a menção ao “Big Mac, que é mais gostoso no McDonald’s da rua Henrique Schaumann”, reforça a articulação entre o local e o global – o personagem se debate entre o desejo por bens modernos e a realidade de um sistema que o exclui e o opõe. Esses detalhes, quase que cotidianos, assumem uma função simbólica, apontando para a contradição de um mundo onde a modernidade e a exclusão social coexistem de maneira inexorável. O roubo não dá prazer – contudo, a recusa ao roubo tampouco oferece alternativa. O sofrimento psíquico de Brabeza se manifesta não exclusivamente pela incerteza material, mas pela tensão ética que sua situação impõe. Ele não deseja ser um “bandido”, como ele mesmo grita ao ser detido, entretanto, segundo a lógica figurativa, a estrutura social não lhe permite outra forma de ação que não seja aquela que o coloca em conflito com a norma. O trecho “Nada de curriola, então: na solidão, o centro seu palco” (Ruffato, 2013, p. 45) é revelador: há um deslocamento do pertencimento coletivo para a ação solitária, que reforça o desamparo e, ao mesmo tempo, a individualização da sobrevivência.

A sua identidade se constrói a partir de uma constante busca por reconhecimento – seja através da obtenção de bens que simbolizam valor social (como o rádio-gravador) ou da tentativa de legitimar sua experiência por meio de narrativas de trabalho honesto. A dissonância entre o pragmatismo para a execução dos delitos e a culpa internalizada reforça a frag-

mentação subjetiva da personagem. Percebe-se na ação de Brabeza que precisa ter a frieza estratégica (“Mulher, mais melhor: é marcar e ir atrás, momento chega, relaxo, pode tatear a bolsa da fulana ou meter a gilete no couro”), ao mesmo tempo que possui uma hesitação moral, expressa no incômodo ao lembrar da mãe: “vergonha de roubar, fica alembrando a mãe, imaginando, se ela desconfia, hum, nossa senhora!, o fim, capaz de morrer, desgostosa” (Ruffato, 2013, p. 47). O episódio da prisão, por exemplo, marca esse momento de revelação:

Foi pego já, bobeira, em-antes devolveu aos dentes do bueiro a carteira de couro (legítima) grávida de dinheiro e documentos. Na delegacia da Sé já recebia as pancadas de praxe, quando a senhora afanada revelou não o reconhecer. Berrou, então, a honestidade de seu garimpo por trabalho; bradou a carteira-profissional anotada (com carimbos falsos); “Não sou bandido!, não sou bandido não!”; chorou (Ruffato, 2013, p. 46-47)

O termo “garimpo” inscreve a sua busca por emprego em um regime de exploração radical, evocando uma busca incessante e exaustiva em meio aos detritos de uma economia que não lhe reserva espaço. A menção à “carteira-profissional anotada (com carimbos falsos)” revela o impasse absoluto da sua condição: a tentativa de acessar os mecanismos institucionais do reconhecimento passa necessariamente pela falsificação, um simulacro de pertencimento.

Lacan (1991) esclareceu que o desejo está intrinsecamente vinculado à demanda, pois se estrutura a partir das marcas impressas pela demanda do Outro, de modo que o sofrimento implica a subjetivação do saber na demanda. No caso de Brabeza, o saber internalizado diz respeito à necessidade de trabalho como critério de pertencimento – daí seu apelo desesperado à carteira profissional, ainda que falsificada. Mesmo que tenha esse caráter de falsidade, para o caso da personagem, vale lembrar, conforme demonstrado por Telles (1993), a ausência de inscrição simbólica, via carteira e contrato formal, implica uma visibilidade negativa. Trabalhadores sem vínculo formal não aparecem como cidadãos, mas como suspeitos. O simbólico, aqui, é o que separa o “respeitável” do “perigoso”, de acordo com a autora. Por isso, essa internalização para Brabeza é frustrada no momento em que as estruturas materiais e simbólicas lhe interditam qualquer possibilidade de acesso a esse trabalho, e, consequentemente, ao reconhecimento social que dele advém. A angústia de Brabeza, expressa no choro que encerra o trecho, advém justamente dessa impossibilidade de encontrar um lugar discursivo estável. Ele oscila entre a posição de trabalhador frustrado e a de criminoso, porém nenhuma dessas posições lhe oferece uma saída efetiva, gerando um sofrimento psíquico.

### 3.2 “#44 Trabalho”

A diegese desse fragmento organiza-se em torno de uma personagem, construída narrativamente a partir de dilemas e expectativas no âmbito de desejos relacionados ao mercado de trabalho formal, que vão da busca por inserção no mercado de trabalho formal à progressiva frustração e desistência. A personagem não é nomeada ao longo do fragmento. A jornada diária da personagem, “Todo dia às cinco horas da tarde toma rumo de casa, no Boi Malhado, a pé, porque nem trocado pra passagem do ônibus tem”, constitui não somente uma rotina, mas um ponto de partida para a compreensão do seu sofrimento psíquico e do déficit de reconhecimento. Essa repetição cotidiana, marcada pela escassez – “nem trocado pra passagem

do ônibus tem” – configura a narrativa de uma existência marcada pela marginalização, onde o próprio percurso diário revela uma ruptura entre o que é esperado (um deslocamento digno e reconhecido socialmente) e o que é vivido.

O ambiente pelo qual transita é marcado pela precariedade, pela violência simbólica (Cf. Žižek[2014])<sup>1</sup> e pela tensão constante entre os membros da família. Essa ambientação reflexa é construída de forma dissimulada, pois emerge principalmente das ações e pensamentos do personagem, sem descrições elaboradas. O narrador adota uma perspectiva heterodiegética, porém o tempo da narração é predominantemente subjetivo, com momentos em que as reflexões e experiências do protagonista interrompem a fluidez cronológica. O conflito dramático implica o fato de que o protagonista enfrenta a incapacidade de mudar sua situação e, ao mesmo tempo, tenta manter a dignidade frente às humilhações:

Todo dia às cinco horas da tarde toma rumo de casa, no Boi Malhado, a pé, porque nem trocado pra passagem do ônibus tem. Já acompanhou uma monteira de curso, Senac, Senai, Central do Trabalhador, nenhum asfaltou estrada prum bom emprego. Tudo, mero pretexto para a consentida escravidão, oito horas de suador diário, uma merreca no fim do mês, ô!, preferível a atoíce, ao menos pagar não paga pra tramar. E vagueia para a casa do sogro, onde se empilham, três anos já, num quartículo, cama de casal, penteadeira, guarda-roupa, bercinho, sufoco danado, mas não é de favor que moram não, têm orgulho, ara!, a mulher dirige a perua-escolar que o pai pôs pra rodar, clandestina, sim, fosse regularizar!, primeiro tocava engordar caixa, depois, a parte do governo, simpatizava com a compreensão das escolinhas, ia-se vivendo. (Ruffato, 2013, p.102)

A frase “nenhum asfaltou estrada prum bom emprego” condensa a tensão entre a promessa e a frustração. O próprio deslocamento diário – feito a pé, por falta de dinheiro para a passagem – é emblemático de uma mobilidade ilusória, um percurso que, ao invés de levar ao progresso, apenas repete a condenação à precariedade. O verbo “asfaltar” associado ao emprego evoca a ideia de um caminho sólido e estruturado que, no entanto, nunca se concretiza, remetendo à frustração diante das promessas não cumpridas do trabalho formal.

A situação exemplifica precisamente uma nova modalidade de alienação: não se trata mais unicamente da rigidez impersonal do trabalho fordista, mas da exigência de autoexpressão produtiva dentro de um mercado onde a instabilidade e o risco são normalizados. Propomos ser possível apreender essa situação, na medida em que ela impõe também à personagem uma forma de sofrimento psíquico estruturado pela internalização da responsabilidade individual pelo próprio fracasso.

De acordo com a figuração do fragmento, a impossibilidade de inserção mais qualificada no mercado de trabalho é interpretada aqui como fator crucial do colapso subjetivo. A personagem está presa a uma rotina que se impõe sobre ela e que define sua identidade, de maneira que a ação se restringe à tentativa fracassada de manutenção de uma vida que se dissolve a cada passo. A formação profissional prometida pelos cursos técnicos e centros de capacitação (“Senac, Senai, Central do Trabalhador”) expõe contraditoriamente apenas a corrosão de qualquer horizonte de reconhecimento. O narrador desmonta aqui um dos mitos associados recentemente ao discurso e imaginário neoliberal do trabalho: o de que a qualificação profissional conduz ao sucesso. Não há redenção pelo esforço, apenas a constatação de que

<sup>1</sup> Emprega-se o termo “violência simbólica” inspirado a partir da acepção desenvolvida por Slavoj Žižek.

todo investimento retorna como frustração, que se transforma em sofrimento. É instigante apreender, portanto, que o protagonista acumula cursos, porém não acumula perspectivas.

A precariedade se estende do trabalho à moradia: “E vagueia para a casa do sogro, onde se empilham, três anos já, num quartículo.” O verbo “empilhar” não é gratuito. Ele sugere não apenas a falta de espaço físico, mas a degradação da vivência da personagem. O diminutivo reiterado (“quartículo”, “dividazinhas chueás”, “mixaria cotidiana”) funciona como operador de desvalorização, encenando linguisticamente a rebaixada condição material. A prosódia de frases longas, carregadas de intercalações e elipses, sugere um discurso sufocado, que se alonga sem chegar a uma resolução, estilizando a própria vida do personagem, empilhada, comprimida, sem espaço.

Por sua vez, a convivência forçada gera humilhações constantes: “O cristo é mesmo o genro: motivador de piadas, desabonado na frente das vizinhanças” (Ruffato, 2013, p. 103). A presença do familiar desempregado é tolerada, porém não aceita, desdobrando-se como humilhação social. Note-se que essas “piadas”, ao acentuarem a ausência de reconhecimento, implicam já um deslocamento da responsabilidade pelo fracasso profissional das condições estruturais do mercado de trabalho para a suposta incapacidade pessoal do trabalhador em realizar sua individualidade e ingressar formalmente. Identificamos um uso intenso do sumário para condensar eventos passados (como as dificuldades financeiras) e cenas pontuais do presente, que caracterizam uma irreversibilidade quase palpável, na medida em que indicam a impossibilidade de restaurar o estado anterior de dignidade e autonomia. Esse caráter irreversível reforça a sensação de sofrimento psíquico, uma vez que o personagem se vê preso em uma espiral de repetições que não permitem a transformação efetiva de sua condição.

O próprio fragmento não possui pontuação final:

Aos domingos, quando a cunhadaria e os maridos e mulheres e os filhos e filhas achegam manhã acordando, rouba uns trocados da bolsa da esposa e sai de fininho, o dia inteiro bundando no Parque Ibirapuera, deitado na grama olhando o jato d’água em frente à Assembleia Legislativa, nuvens que se formam e se desmancham, à espera de que o dia se desmorone e que tudo. (Ruffato, 2013, p. 102)

A ausência de pontuação no final do trecho já sugere uma suspensão do sentido, um esgotamento que não encontra resolução. O Parque Ibirapuera, espaço de lazer e contemplação, não aparece como um refúgio genuíno. Estabelece-se, na verdade, como um intervalo de inação, um espaço onde o personagem apenas “bundando” observa passivamente o fluxo do mundo, sem encontrar nele qualquer possibilidade de ruptura. Há um sofrimento psíquico pela ausência de possibilidade de um futuro que não esteja reduzido à mera sobrevivência, de maneira que a ausência de fechamento narrativo caracteriza, portanto, a própria impossibilidade de estabilizar simbolicamente uma vida social na qual o trabalho deixou de mediar as relações sociais.

#### **4 “emprego em lugar nenhum”: movimento coletivizante pelo desemprego, história e sofrimento**

Nos dois fragmentos, o que se apresenta não é apenas a figura isolada de um trabalhador precarizado ou de um jovem às voltas com a necessidade do furto. Acreditamos ser possível apreender uma estreita relação entre tema e forma: o tema do desemprego se articula com o foco narrativo instável. O sofrimento psíquico que advém do colapso do trabalho como promessa de reconhecimento se figura, no plano formal, por meio de construções narrativas que alternam o fluxo de pensamento, a linguagem oralizada e a interrupção de sequências causais. A configuração do tempo nos dois fragmentos se afasta da linearidade progressiva e da continuidade causal que tradicionalmente organizariam uma narrativa realista.

Forrester (1997, p. 10) formulou de maneira precisa uma dimensão que geralmente ficava em segundo plano: “não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera [...].” O sofrimento psíquico nos fragmentos analisados não é só um tema, mas uma questão estrutural que afeta a forma do texto. Conforme vimos, a violência cotidiana, expressa na desigualdade material e na desagregação do reconhecimento social, provoca a clivagem na capacidade do narrador de organizar a experiência em um relato estável. A composição dos fragmentos, com frases curtas, elipses e sintaxe descontínua, estiliza a precariedade que não se limita às condições materiais dos protagonistas, como também atinge suas subjetividades, espoliadas psiquicamente pela luta pela sobrevivência.

Conforme Pochmann (2011), no ano de 2000, o Brasil ocupava a posição de 3º no ranking do desemprego global. Antunes e Pochmann (2007, p. 207) utilizaram a expressão “explosão do desemprego estrutural” para definir esse período: “entre os anos de 1989 e 2005, o desemprego passou de 1,9 milhão de trabalhadores (3% da PEA) para 8,9 milhões (9,3% da PEA), bem como houve piora nas condições e relações de trabalho”.

*EEMC* foi escrito e lançado justamente nesse período de explosão do desemprego estrutural. Incertezas envolvendo o desemprego, inclusive com personagens com medo de serem demitidos, são fortes ao longo da construção da obra. Aliando essa questão com a falência da promessa desenvolvimentista, que já vimos a partir de Cardoso (2010) e Schwarz (1999), compreendemos que resulta um sofrimento psíquico específico. A nova organização social já não oferece as mesmas oportunidades de emprego, ainda assim continua a cobrar dos indivíduos uma inclusão no mercado de trabalho formal que se tornou estruturalmente inviável, gerando desamparo que reforça o sofrimento psíquico.

Nesse sentido, pode-se dizer que há em *Eles eram muitos cavalos* uma solução formalmente produtiva para a inscrição do desemprego. Destaque-se que o cotidiano de trabalhadores desempregados não surge com clareza pedagógica ou descrição detalhista, tampouco com traço documentais e pitorescas. A composição dos fragmentos confere à matéria social implicada nesse cotidiano uma inscrição estilística na qual a forma fragmentária, os cortes abruptos, o ritmo truncado e o fluxo associativo implicam que o mundo é percebido por um sofrimento psíquico.

De acordo com o encaminhamento da nossa leitura, buscamos observar, a partir da leitura de dois fragmentos da narrativa de Ruffato, não apenas uma dimensão da cidade fragmentada, mas sobretudo o drama tecido da vida cotidiana a partir da experiência do desemprego. Nesse sentido, o desemprego, como também o “não-emprego” (virágão, crime, ocupações informais e precárias), é forma de experiência que denuncia o colapso da pro-

messia desenvolvimentista que sustentava parte do imaginário nacional. Hossne (2007, p. 36) indicou que, embora a narrativa não tenha um princípio organizador fixo, “o amontoado é uma estrutura em si, que parece se abrir como arena, em um movimento coletivizante – seria, assim, parte de algo que poderia ser chamado de ‘romance-arena’”. O termo “movimento coletivizante”, que Hossne mobiliza para nomear o gesto estrutural da obra, não indica a composição de um coletivo coeso ou reconciliado, mas precisamente a operação formal pela qual experiências que tendem a ser vividas como atomizadas – como ruínas subjetivas – são colocadas lado a lado, simultaneamente, em um campo compartilhado.

O grito de Brabeza e o silêncio contemplativo do trabalhador no Ibirapuera figuram, em polos distintos, a mesma impossibilidade de reconhecimento, confirmando que, no Brasil contemporâneo, pobreza significa também exclusão simbólica e incivilidade institucionalizada. O sofrimento é o que sustenta a perspectiva diegética de ambos os fragmentos, direcionando as estratégias formais para constituir a sociabilidade das personagens. A fragmentação, nesse ponto, torna-se estratégia para figurar a ausência do vínculo social com o mercado de trabalho formal. O pesquisador Otsuka (2022) foi responsável por uma importante reflexão sobre essa relação da técnica da fragmentação com a questão das relações de trabalho. Indicou que a disposição dos fragmentos do romance não é arbitrária; ao contrário, a organização cronológica dos episódios indica um tempo rigidamente subordinado à lógica do trabalho: “a maior parte das atividades realizadas pelas personagens liga-se ao trabalho ou tem relação, ainda que negativa, com o trabalho” (Otsuka, 2022, p. 263). Segundo o autor, é possível também perceber nos fragmentos diferentes modalidades de atuação no mercado de trabalho: “Os segmentos narrativos focalizam principalmente personagens da classe média baixa que atuam em diversas formas de trabalho – formal, informal, semilegal” (Otsuka, 2022, p. 263).

Não há um programa otimista em relação à temática do trabalho, como é possível observar em muitos dos romances proletários dos anos 1930 (Bordini, 2019). Nestes, a ênfase recaía sobre o proletariado organizado ou em vias de organização. O que une, assim, os dois fragmentos é o modo pelo qual a desintegração do assalariamento formal se estabelece como sofrimento, a partir da construção de uma voz narrativa que expõe a falsidade das promessas institucionais. Em ambos os fragmentos, nos deparamos com uma narração marcada pela oscilação entre registros discursivos díspares, estilizando a sobreposição da variedade da sociabilidade a partir de práticas discursivas que se tensionam entre a cultura popular e o nível burocrático, como se vê, por exemplo, no contraste entre o discurso institucional e jurídico-administrativo do advogado e da carteira assinada em Brabeza e a dimensão dos cursos profissionalizantes em “#44 Trabalho”.

Destaque-se que, em ambos os fragmentos, o dinheiro não comparece, sendo da ordem da inacessibilidade. Em “#44 Trabalho”, a personagem está enredada em “dividinhas chueás” e em uma rotina de restrição extrema, sendo que, por sua vez, Brabeza está constantemente sem “um puto no bolso”. Ficamos, assim, diante de dois casos de indivíduos que dependem estruturalmente do dinheiro para existir socialmente e que, no entanto, não têm acesso estável a ele. Identifica-se, assim, as duas personagens inseridas na lógica dos “sujeitos monetários sem dinheiro”, desprovidos dos recursos essenciais (salário, cidadania plena) para usufruir dos benefícios que o dinheiro deveria proporcionar. Schwarz (2012) traçou um paralelo entre os “sujeitos monetários sem dinheiro” e os “agregados” – homens livres, porém excluídos do núcleo da economia formal – que caracterizavam o período pós-escravista. No

século XIX, a ausência de uma proteção jurídica e a dependência de relações de favor (como o clientelismo e a patronagem) criavam um “limbo social para os pobres”. Embora os contextos sejam distintos, a comparação permite evidenciar como, historicamente, a exclusão se manifesta por meio da precariedade dos vínculos formais de trabalho e cidadania. A relação entre sofrimento psíquico e teoria lacaniana em Safatle (2020) aparece, sobretudo, na articulação entre subjetividade e estrutura simbólica, de maneira que a experiência do sofrimento psíquico, portanto, não pode ser dissociada dos processos de socialização. Nessa perspectiva, podemos compreender a crise do mercado de trabalho formal, ultrapassando o contexto imediato de lançamento da obra EEMC. Se, conforme Safatle (2020), o sofrimento psíquico é inseparável das estruturas de reconhecimento social, convém sublinhar que esse reconhecimento social nunca aconteceu para uma significativa fração da classe trabalhadora brasileira. Com Schwarz (1999, 2012), comprehende-se que a transição histórica da escravidão para a modernidade capitalista não eliminou a precariedade estrutural dos trabalhadores, mas apenas a reorganizou sob novas formas. A promessa desenvolvimentista colapsou antes mesmo de alcançar algum resultado significativo para essa fração da classe trabalhadora subalternizada.

Schwarz (1999) enfatiza que a promessa desenvolvimentista era marcada por uma profunda contradição: ao mesmo tempo em que buscava incorporar a população marginalizada, ela produzia novas formas de exclusão. Com essa concepção, o autor buscou evidenciar que a industrialização prometia modernizar o país e integrar os setores populares, entretanto, na prática, aprofundava desigualdades e criava novas formas de precarização. A migração para as cidades, impulsionada pelo crescimento industrial, não se traduziu em uma incorporação efetiva dos trabalhadores no mercado formal, resultando em uma urbanização caótica e na marginalização de amplas camadas da população.

A cada ciclo de transformação material, renova-se a exclusão, não como uma falha do sistema, antes como sua verdade estrutural. No país onde o passado não passa, a dialética do progresso inverte seu próprio sentido: o avanço das forças produtivas já não se configurou em ampliação da cidadania, ao contrário, converte-se em sua restrição. Eis a contradição que Schwarz (2012) resume didaticamente:

Quando escrevia os seus extraordinários artigos abolicionistas, Joaquim Nabuco tinha claro o laço entre escravidão, latifúndio e degradações ligadas à dependência pessoal, no campo e na cidade. Nas palavras incisivas do próprio Nabuco, era um quadro que diminuía o valor de nosso título de cidadão. Desde então, até a crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1970, a transformação dos excluídos em assalariados rurais, operários e cidadãos fez parte do ideário progressista. Sobretudo através da industrialização e da reforma agrária, que prometiam reformar o país, acabando com a liga de mandonismo, miséria, clientelismo, subcidadania etc., que nos separavam da modernidade. Com a globalização, essas expectativas passaram por uma redefinição drástica. Para desconcerto geral da esquerda, a modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização e a desagregação social em grande escala. Para quem não sabia, o progresso do capital e o progresso da sociedade podiam não coincidir. (Schwarz, 2012, p. 178)

A dependência pessoal do século XIX, fundada na lógica do favor e do mandonismo, ressurge no século XXI sob o signo da precarização do trabalho, da informalidade e do desemprego estrutural. Essa descrição revela uma estrutura de exclusão que, apesar das mudanças históricas, mantém um padrão essencial: a falta de acesso ao trabalho formal e aos direitos

plenos de cidadania. Assim, a fragmentação da forma literária em Ruffato é sintoma de uma experiência traumática de longa duração: o colapso da promessa de inclusão pelo trabalho. A experiência traumática do colapso do trabalho formal, ao mesmo tempo em que destitui os sujeitos de reconhecimento social, reconfigura também a forma literária, levando-a a operar por ruínas, fragmentos e interrupções.

Os protagonistas de Ruffato nesses dois fragmentos não ascendem nem declinam; eles apenas se dissolvem, diluídos em uma existência que já nasceu precarizada. No que se refere aos “países capitalistas avançados”, Castel (2001), ao tratar da precarização do trabalho na sociedade francesa, utiliza a expressão “desestabilização dos estáveis” para designar uma perda dos padrões de proteção social dos assalariados de classe média e média baixa. A expressão nos interessa aqui justamente para chamar a atenção para o que não é o caso das personagens dos fragmentos “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho”, nem tampouco de grande parte da população de uma sociedade periférica como o Brasil. Tanto Brabeza quanto o trabalhador anônimo de “#44 Trabalho” jamais se estabilizaram. Se Brabeza nutre ainda vaga esperança de um emprego, percebemos que o trabalhador anônimo do fragmento “Trabalho” já desistiu, expressando que o trabalho assalariado, fulcro da mediação social na era capitalista, perdeu sua centralidade, e com ele esgarçou-se a própria tessitura da modernidade, cujo horizonte de expectativas sempre esteve calcado na promessa de um futuro progressivamente mais promissor.

## 5 “Cansei nada vale tanto sacrifício trabalhar trabalhar trabalhar pra quê?”: considerações finais

Não será difícil reconhecer uma espécie de sensibilidade às formas esgarçadas da experiência social nos dois fragmentos escolhidos para leitura. Publicada em 2001, a obra de Ruffato está no bojo de uma inflexão histórica decisiva pela qual, na virada do século, o sistema literário brasileiro atravessa. Os tópicos discutidos ao longo deste artigo sobre *EEMC* não esgotam a leitura desse romance. Realizamos a imersão nos detalhes em dois fragmentos, assumindo que, como afirmou Benjamin, “o conteúdo de verdade só pode ser captado pela mais exata das imersões nos pormenores do conteúdo material” (Benjamin, 1984, p. 50). Essa imersão possibilitou identificar que Ruffato se volta para a experiência dos marginalizados no espaço urbano, narrando o fracasso de uma promessa social que nunca se realizou plenamente. Sobretudo, concebemos que os fragmentos “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho” apresentam uma fratura social intransponível. Tanto Brabeza quanto o trabalhador anônimo de “#44 Trabalho” encarnam, cada um a seu modo, a negatividade dessa experiência: não apenas são excluídos do mercado formal, como também encontram no próprio desemprego um impasse entre desejo e impossibilidade, entre o impulso para se inserir na ordem e a violência sistêmica (Cf. Žižek[2014])<sup>2</sup> que os exclui.

Em nossa proposta de análise, consideramos que noções como sofrimento psíquico e promessa desenvolvimentista foram produtivas para a leitura dos fragmentos escolhidos, podendo igualmente se mostrar relevantes para o estudo de outras produções literárias. A figuração estética, conforme buscamos demonstrar, põe em perspectiva a matéria social, estilizando

<sup>2</sup> Emprega-se o termo “violência sistêmica” inspirado a partir da acepção desenvolvida por Slavoj Žižek.

uma experiência ficcional em que o trabalho já não garante nem a sobrevivência material nem o reconhecimento simbólico, dando forma a um horizonte coletivo marcado pelo sofrimento.

Ruffato, ao inscrever o sofrimento psíquico de seus personagens no colapso da modernização periférica, ressignifica a tradição do romance social no Brasil. A experiência traumática do colapso da modernização, com suas implicações para a falência da sociedade salarial, ao mesmo tempo em que destitui os sujeitos de reconhecimento social, reconfigura também a forma literária, levando-a a operar por ruínas, fragmentos e interrupções. Tal perspectiva permite reconhecer, na própria instabilidade da linguagem literária, o modo como a história se inscreve formalmente como sofrimento. Na *Teoria Estética*, Adorno (2011) já havia insistido que a obra de arte se constitui por tensões internas que só se tornam inteligíveis quando relacionadas às tensões externas que marcam seu contexto histórico-social. Nesse aspecto, temos a persistência histórica de uma coletividade marcada pela promessa não cumprida do trabalho, uma promessa que atravessou tanto o projeto modernizador de Vargas quanto o imaginário da redemocratização e, inclusive, da ascensão lulista. Como destaca Safatle (2020, p. 160), “o sofrimento psíquico se transforma em uma categoria política central por indicar sistemas de expectativas não realizadas no interior da vida social”. Isso porque o sofrimento psíquico é, antes de tudo, um problema de reconhecimento negado. À luz das análises realizadas, constata-se que o reconhecimento é negado tanto no nível institucional quanto no intersubjetivo, restando aos protagonistas dos fragmentos apenas a negatividade do sofrimento como testemunho de sua existência socialmente inviável.

Tais reflexões analíticas e categorias críticas podem, assim, abrir campo comparativo com outras obras da literatura brasileira contemporânea, como romances de Rubens Figueiredo (*Passageiro do fim do dia*, 2010), Ana Paula Maia (*Degados e homens*, 2013), José Falero (*Os supridores*, 2020), Joca Reiners Terron (*Onde pastam os minotauros*, 2023), entre outros, sendo inclusive possível entrever tópicos reincidientes em prosas de ficção distanciadas temporalmente, como em casos de produções de João Antônio (*Malagueta, Perus e Bacanaço*, 1963) ou Roniwalter Jatobá (*Sabor de química*, 1976), sugerindo a permanência e a relevância das questões aqui abordadas, de um núcleo traumático em torno do qual se rearticulam forma literária, trabalho, subjetividade e história social na literatura brasileira.

## Referências

- ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no brasil. In: CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antonio David. (orgs.). *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Clasco, 2007, p. 195-210.
- BASTOS, Hermenegildo José de Menezes. Formação e representação. *Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*, n. 21, ano 15, Brasília, p. 91-112, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sergio Paulo Roaunet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- BORDINI, Maria Isabel da Silveira. *Luiz Ruffato e o romance proletário no Brasil*. 2019. 250 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci Poleti. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- CARDOSO, Adalberto. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, 2010.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- HOSSNE, Andrea Saad. Degradão e acumulação: considerações sobre algumas obras de Luiz Ruffato. In: HARRISON, Marguerite Itamar. *Uma cidade em camadas: ensaios sobre o romance Eles eram muitos cavalos*, de Luiz Ruffato. Vinhedo: Horizonte, 2007, p. 18-42.
- LACAN, Jaques. *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Tradução de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- OTSUKA, Edu Teruki. Uma imagem do colapso: Eles eram muitos cavalos, de Luiz Ruffato. In: ARAÚJO, Homero Vizeu; FLAFKE, Marina; SCHIFFNER, Tiago Lopes. (orgs.). *Saldo acumulado e o tamanho do estrago: estudos sobre literatura brasileira moderna*. Porto Alegre: Zouk, 2022, p. 261-271.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Liber Livro, 2011.
- SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SCHWARZ, Roberto. *Seja como for*. Entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019.
- SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- RUFFATO, Luiz. Até aqui, tudo bem! (como e por que sou romancista – versão século 21). In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (orgs.). *Espécies de espaço: territorialidades, literatura, mídia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RUFFATO, Luiz. Da impossibilidade de narrar. In: BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; MELO, Tarso de. (orgs.). *Cidades impossíveis*. São Paulo: Portal, 2010, p. 137-149.
- TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador: UFBA, vol. 6, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.